

<https://doi.org/10.26512/rgs.v14i1.50616>

Editorial Vol, 14 N° 1 2023

Investimento e planejamento em saúde

Este número da Revista Gestão & Saúde apresenta dois artigos originais, três artigos de pesquisa e um de revisão da literatura e todos têm em comum a preocupação com o planejamento e a avaliação. A primeira interrogação que se coloca nesta matéria é a de saber se o volume de trabalhos de pesquisa publicados atualmente sobre este tema do planejamento e avaliação significa que estarão ultrapassados os tempos em que “a saúde nada tinha a ver com a administração e a economia”.

Esta era a frase sucessivamente pronunciada por muitos profissionais de saúde em Portugal que há vinte e cinco anos, frequentaram as primeiras sessões de formação profissional do Ministério da Saúde dedicadas à gestão na saúde. Estranhavam e encaravam com desconfiança a introdução deste tipo de formação no calendário de aperfeiçoamento profissional da Direção Geral dos Recursos Humanos da Saúde.

Ora, se essa fase se encontra ultrapassada, isso deve ser motivo de satisfação. No entanto, importa reconhecer que muito caminho falta percorrer até que Portugal e Brasil possam dispor de uma cultura em que todos cidadãos e, nomeadamente, os profissionais estejam plenamente conscientes de que a saúde possui um custo imputado ao erário público, às famílias ou aos indivíduos. Isso significa que investir em saúde é evitar correr atrás da despesa da doença.

Mas como investir em saúde sem que exista um processo de planejamento? Importa, desde logo, realçar que o planejamento não um ponto no espaço que possa ser atingido, como o cume de uma montanha, mas um processo, um caminhar que se reinventa em permanência. Por isso mais importante do que atingir uma determinada posição é o exercício da caminhada e da reflexão sobre esse mesmo percurso.

O objetivo do planejamento é melhorar a capacidade das organizações e instituições de saúde se ajustarem às alterações do seu ambiente geral e especial em especial à evolução vertiginosa dos medicamentos e seus custos e às mudanças comportamentais dos cidadãos. Aliás, as mudanças são tantas em todos os sectores relacionados direta ou indiretamente com a saúde que podemos afirmar que a única constante parecer ser a mudança.

Se no passado prevaleceu uma postura estática e assistencialista que no Ocidente estivera marcada pelo imperativo evangélico de “assistir aos doentes”, no presente é preciso ir além desta postura não dispensando nunca o papel do terceiro setor e nunca cedendo à tentação totalitária de ser apenas ao Estado que compete a produção de cuidados de saúde.

A saúde como a educação e outras áreas de política social são demasiado importantes para ficarem confiadas apenas à intervenção do Estado. O Estado deve definir as políticas, planejar e avaliar, mas, quanto à produção em concreto, o Estado, em caso algum, deve se substituir às Organizações Não Governamentais (ONG), ao terceiro setor em geral e à iniciativa empresarial privada. É o conceito de Governança em rede que se encontra em causa.

Neste ponto, vamos lançar mão da definição de planejamento atribuída a Ackoff: “O planejamento consiste em conceber um futuro desejado, bem como os meios reais de lá chegar”. Isto, por outras palavras, quer dizer que o planejamento é um processo formal destinado a produzir um resultado articulado, sob a forma de um sistema integrado de decisão.

O planejamento é o processo de estabelecer antecipadamente a finalidade de uma instituição, escolher objetivos e prever as atividades e os recursos necessários para atingi-los. É a ação de determinar a finalidade e os objetivos da instituição e prever as atividades, os recursos e os meios que permitirão atingi-los ao longo de um período determinado. Por isso, procura-se identificar as linhas de intervenção em que a organização tem melhores possibilidades e formalizar, desenvolver e avaliar um plano que conduza ao sucesso nessa atividade.

Quanto à avaliação, verifica-se uma contradição curiosa nos estudos de opinião, pois todos os interrogados, especialistas ou não, concordam com a avaliação dos outros, mas muito poucos concordam com a sua própria avaliação pelos outros. Ora, as instituições de saúde são formadas por pessoas, profissionais e usuários e sabemos que diferentes indivíduos possuem diferentes razões para participar numa organização.

Tais diferenças, porém, não devem perturbar as estratégias e as metas institucionais, circunstância que obriga à necessidade da avaliação de todos e por todos os multinteressados, nomeadamente dos usuários. E obriga ainda a que haja instituições internas e externas de controle para verificar a conformidade comportamental de todos os interessados.

Por isso importa ter presente três tipos de avaliação que têm de estar simultaneamente presentes: Avaliação das “pessoas”, através do seu desempenho; Avaliação da “unidade de trabalho”, através da contratualização; Avaliação da “organização”, através da cultura.

Um processo de avaliação de 360 graus de todos e por todos irá certamente introduzir maior transparência, melhor prestação de contas e responsabilização e mais efetividade na utilização dos recursos materiais e financeiros utilizados, pois é um instrumento importante para reunir a informação mais completa sobre os desempenhos.

Finalmente, importa acrescentar que este texto tentou evitar a redundância relativamente aos artigos, que compõem este número, e procurou dar ao leitor uma visão alargada do planeamento e da avaliação em saúde.

Da leitura desta edição da Revista Gestão & Saúde, o leitor encontrará:

- Dois artigos originais sobre “Indicadores-chave de desempenho para gestão hospitalar: percepções de gestores públicos de saúde” e “Indicadores para avaliar a assistência farmacêutica municipal: um olhar direcionado para a região amazônica”;
 - Três artigos de pesquisa sobre “Prevalência de psicofármacos dispensados em uma unidade básica de saúde do Distrito Federal”; “Gastos públicos com saúde no enfrentamento da COVID-19 em municípios de Santa Catarina”; e “Planejamento em saúde e os percalços da covid-19: análise das desigualdades em municípios de pequeno porte”;
- Um artigo de revisão sobre “Redes sociais na produção científica em eficiência da saúde pública”.

Boa leitura!

João Bilhim

Editor